

**MULHER, SEXUALIDADE E MATRIMÔNIO:
ANÁLISE DE *O QUE É O CASAMENTO?*, DE JOSÉ DE ALENCAR**

Luciana de Santana Fernandes (REUNI/PPGL/UFPB)

Wilma Martins de Mendonça(UFPB)

No mundo ocidental cristão, o sexo, durante muito tempo, foi tido como pecado, erro ou coisa vergonhosa. As recomendações paulinas na Bíblia aconselham que os jovens permaneçam solteiros, servindo apenas a Deus. No entanto, se lhes fosse impossível essa condição, deveriam casar-se, pois “melhor é casar-se que se abrasar”. O matrimônio seria, assim, o contraponto da castidade pregada, como assegura o historiador Ronaldo Vainfas:

No discurso dos padres, o casamento, era, pois, desprezado e humilhado. Longe de ser sacramento ou mandamento divino, era remédio, terapêutica do desejo sempre maligno: um mal, já que se supunha pecado da carne, mas um mal menor, pois impedia a fornicação.

(VAINFAS, 1986, p. 12)

Apenas no século V é que Agostinho, pela primeira vez, irá ligar o casamento ao sacramento santificado pela Igreja, este passa a figurar a união de Cristo e a Igreja, sua noiva. Conseqüentemente, o desejo, o prazer e o amor eram reprimidos. Era condenado qualquer ardor sexual entre os cônjuges e o sexo deveria ser consumado apenas com o objetivo da procriação. São propagadas certas regras que classificavam os atos permitidos e proibidos no leito conjugal: os esposos não poderiam ter conjunção carnal em dias santos, em períodos inférteis (menstruação ou gravidez), nem em lugares públicos; não era permitido o sexo senão pelo vaso natural, ou seja, o sexo anal e o sexo oral eram considerados pecaminosos, pois seriam antinaturais, na medida que não possibilitariam a procriação.

Reticentes quanto ao desejo, desconfiados do prazer, os teólogos construíram e institucionalizaram um modelo de cópula conjugal austero, muitíssimo inspirado nos princípios de autocontrole e discrição elaborados por Jerônimo. Tal modelo, se assim podemos chamá-lo, compôs-se de uma rede de interdições e permissões relativas ao espaço, ao tempo e ao próprio ato. A cópula conjugal possuía assim circunstâncias e formas apropriadas para a sua execução. Racionalizada como prática, ritualizada como sacramento.

(VAINFAS, 1986, p. 43)

Se o ato sexual entre os casados é tratado assim pela Igreja, em relação às mulheres solteiras as proibições dadas eram ainda mais duras. Quando a questão é a sexualidade feminina, o tema é mais problemático. Mesmo depois de anos de história, já no século XIX, observamos as várias formas de coibição de qualquer manifestação da sexualidade da mulher:

A sexualidade feminina era terreno perigosíssimo e era de bom tom não confundi-la com sentimentos honestos. Menos ainda, amor. A iniciação a práticas sexuais seguidas do abandono do amante levava à degeneração feminina. Acreditava-se que, uma vez conhecedora de atividades sexuais, as mulheres não podiam deixar de exercê-la.

(DEL PRIORE, 2006, p. 209)

A mulher deveria manter-se virgem até o casamento, sendo não raros os castigos para as que burlavam essa lei social: algumas eram internadas em conventos até o fim de suas vidas e outras chegavam a ser mortas pelo próprio pai. Na esfera do casamento, afirmava-se a submissão da mulher ao marido, dando a ela um papel passivo no coito. O prazer e o erotismo não estavam associados à mulher chamada “honesta”, apenas à “perdida”. Essas regras antecipavam o próprio casamento como se deduz das palavras de Mary Del Priore:

O culto da pureza que idealizava as mulheres, reforçava a distância entre os casais. Não se procurava ter prazer com a mãe dos próprios filhos. Considerava-se que a familiaridade excessiva entre os pares provocava desprezo. A nudez era evitada a todo custo, mesmo entre casados. Esposas nem podiam sair à rua com cabelos soltos. Um sistema de ritos codificava a vida feminina e dissimulava o corpo da mulher. Corpo que, diante dos homens, devia mostrar-se protegido por todo tipo de nós, botões e laços. O resultado é que as mulheres se tornavam beatas ou pudicas azedas, cumpridoras de seus deveres e os homens bastiões de um respeitoso egoísmo, abstendo-se de toda e qualquer demonstração em relação à sua esposa. A tradição religiosa acentuava a divisão de papéis. Para a Igreja, o marido tinha necessidades sexuais e a mulher se submetia ao papel de reprodutora. Ideais eram casais que se inspirassem em Maria e José, vivendo na maior castidade. Uma vez realizada a concepção, a continência mútua era desejável. É provável que as mulheres não tivessem nenhuma educação sexual, substituída pela exortação à castidade, à piedade e à auto-repressão.

(DEL PRIORE, 2006, p. 179).

No início do século XIX, no Brasil, era proibido aos jovens solteiros assistirem a cerimônias de casamento. Apenas os parentes casados dos noivos eram convidados. As moças solteiras só saíam acompanhadas, vigiadas, portanto. Até o casamento, a jovem era guiada pelo pai ou pelo tutor que escolhia seu futuro marido.

Diante de tamanha repressão da sexualidade, é natural que muitos flertes e inícios de namoros se dessem dentro das igrejas. A missa era uma das poucas ocasiões que os jovens poderiam se encontrar. Dessa forma, criaram-se códigos do jogo amoroso: um modo distinto de abanar o leque ou como se pegar uma flor. Após se apagarem as velas, choviam pisadelas que eram retribuídas com fortes beliscões. Esse recurso à forte vigilância familiar, parece ser originário de Portugal, como sugere o romance *Memórias de um sargento de milícias* (1852), de Manuel Antonio de Almeida, como afere-se a seguir:

Sua história tem pouca coisa de notável. Fora Leonardo algibebe em Lisboa, sua pátria; aborrecera-se porém do negócio, e viera ao Brasil. Aqui chegando, não se sabe por proteção de quem, alcançou o emprego de que o vemos empossado, o que exercia, como dissemos, desde tempos remotos. Mas viera com ele no mesmo navio, não sei fazer o quê, uma certa Maria de Hortaliça, quitandeira das praças de Lisboa, saloia rechonchuda e bonitona. O Leonardo, fazendo-se-lhe justiça, não era nesse tempo de sua mocidade mal apessoado, e sobretudo era maganão. Ao sair do Tejo, estando a Maria encostada à borda do navio, o Leonardo fingiu que passava distraído junto dela, e com o ferrado sapatão assentou-lhe uma valente pisadela no pé direito. A Maria, como se já esperasse por aquilo, sorriu-se como envergonhada do gracejo, e deu-lhe também em ar de disfarce um tremendo beliscão nas costas da mão esquerda. Era isto uma declaração em forma, segundo os usos da terra: levaram o resto do dia de namoro cerrado; ao anoitecer passou-se a mesma cena de pisadela e beliscão, com a diferença de serem desta vez um pouco mais fortes; e no dia seguinte estavam os dois amantes tão extremosos e familiares, que pareciam sê-lo de muitos anos.

(ALMEIDA, 2006, p. 11).

Além disso, muitos enamorados usavam jornais ou moleques de recado para se corresponderem. Outras práticas, as quais hoje nos pareceriam estranhas, eram usadas, como o “namoro de bufarinheiro” e o “namoro do escarrinho”, como se refere Mary Del Priore (2006). No primeiro, segundo essa estudiosa, os homens passavam dando piscadelas e fazendo gestos discretos com as mãos para as moças que ficavam nas janelas. No segundo, o namorado ficava embaixo da janela da amada se colocando a fungar como se estivesse resfriado.

Quanto à educação, apenas uma pequena parcela das meninas freqüentava a escola. E isso só era possível às jovens de classe alta. Entravam na escola por volta dos sete ou oito anos e já aos treze os pais consideravam que sua educação estava completa, entregando-as ao casamento. A instrução era especialmente oferecida em escolas dirigidas por estrangeiras. Nessas instituições, aprendiam a

costurar, um pouco de francês, música e uma leitura que se restringia ao livro de rezas. Assim, os dotes mais apreciados eram o saber cantar e dançar, além de saber tocar uma boa música ao piano.

A escrita não era estimulada, pois “os pais e os maridos favoreciam essa ignorância, a fim de destruir pela raiz os meios de correspondência amorosa” (LEITE, 1984, p. 69). Como vemos, até mesmo o modo de educar as meninas do século XIX era um meio de castrar o desejo feminino. A partir de 1820, a educação começa a se diferenciar um pouco, quando as moças, passam a ler um pouco de literatura, especialmente romances franceses, que segundo o viajante estrangeiro em nossas terras, J. B. Debret¹, baseado em um preconceito em relação às brasileiras, contribuíram para um refinamento das mulheres:

A literatura francesa contribuiu bastante para isso, mediante uma seleção agradável de nossas obras morais trazidas para a língua portuguesa; esses livros, que se tornaram clássicos, interessam pela suas novidades, ornem o espírito e formam o coração das jovens alunas brasileiras.

(LEITE, 1984, p. 69).

A leitura de tais romances, por vezes, é considerada prejudicial pelos próprios escritores, na medida em que faziam com que as mulheres, quando comparavam o próprio casamento com as histórias de amor dos livros, constataavam que a vida doméstica nem sempre correspondia ao “felizes para sempre” exaltado nesse tipo de literatura. Um exemplo está na peça *As asas de um anjo*, de José de Alencar, em que Meneses, o *raisonneur* da obra, diz que uma das causas do desvio moral de Carolina foi a leitura dessas obras:

É talvez isto, Carolina, que faz de tua vida um fenômeno, que eu estudo com toda curiosidade. Tu és um desses flagelos, não faças caso da palavra... um desses flagelos que a Providência às vezes lança sobre a humanidade para puni-la dos seus erros. Começaste punindo teus pais que te instruíram e te prendaram, mas não se lembraram da tua educação moral; leste muito romance mas nunca leste o teu coração.

(ALENCAR, 2004, p. 435).

Com a crescente urbanização no século XIX, as mulheres passam a ter mais oportunidades de serem vistas pelos jovens enamorados. Passa-se a ter o costume de frequentar teatros e saraus. Assim, as jovens começam a poder escolher seus futuros maridos, sendo este costume mais comum nas zonas urbanas. Todavia, é importante ressaltar que, quando as moças ousavam se negar a casar com o noivo escolhido pelo pai, o fim possível era também o convento, porque apresentavam um comportamento considerado muito “avançado” para sociedade em que viviam. Essas jovens eram levadas a casamentos sem amor, em que o mais importante eram as relações políticas e comerciais entre as famílias dos futuros cônjuges.

Mulheres jovens de elite eram vendidas, como qualquer animal, nos mercados matrimoniais. Excluía-se o amor dessas transações. Proíbiam-se as relações sexuais antes dos casamentos. Instituíram-se as camisolas de dormir para ambos os sexos. O ascetismo tornava-se o valor supremo. Idolatrava-se a pureza feminina na figura da Virgem Maria.

(DEL PRIORE, 2006, p. 81).

É justamente contra esse matrimônio baseado nas relações de poder e dinheiro que José de Alencar se contrapõe em *O que é o casamento?* (1861). Para o autor é o dinheiro a raiz de todos os males, a causa da degradação moral da instituição que considerava a mais sagrada: a família. Dessa forma, Alencar abraçava o tema do casamento por amor, em voga nos romances europeus. As principais personagens alencarianas se casariam levadas pelo sentimento amoroso correspondido, respaldando, assim, a crítica do caráter mercadológico do casamento, elaborada pelo narrador de Alencar. Entretanto, isso não quer dizer que há espaço na peça de Alencar para o amor-paixão.

¹ A citação corresponde a um trecho da carta publicada no livro *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*, organizado por Miriam Moreira Leite (1984).

Observemos o primeiro discurso em que Augusto Miranda, marido de Isabel, também chamada de Bela, ainda no primeiro ato em conversa com um amigo, define o que seria casamento:

Miranda — São idéias que todos temos quando profanos. O casamento, Alves, é o que foi entre nós há algum tempo a maçonaria, de que se contavam horrores, e que no fundo não passava de uma sociedade inocente, que oferecia boa palestra, boas ceias. Há dois prejuízos muitos vulgares: uns supõe que o casamento é a perpetuidade do amor, a troca sem fim de carícias e protestos; e assustam-se com razão diante das perspectiva de uma ternura de todos os dias e de todas as horas.

(ALENCAR, 1977, p. 313).

(...)

Miranda — Justo!... O outro prejuízo é daqueles que supõem o casamento uma guerra doméstica, uma luta constante de caracteres antipáticos, de hábitos, e de idéias. Esses, como os outros mas por motivo diferente, tremem pela sua tranqüilidade. Entretanto a realidade está entre os dois extremos. O casamento não é nem a poética transfusão de duas almas em uma só carne, a perpetuidade do amor, o arrullo eterno de dois corações; nem também a guerra doméstica, a luta em família. É a paz, firmada sobre a estima e o respeito mútuo; é o repouso das paixões, e a força que nasce da união.

(ALENCAR, 1977, p. 314).

Como se observa, Miranda ressalta a diferença entre a realidade da relação conjugal e às apresentadas nos romances açucarados comuns na época. No entanto, também, o matrimônio não deveria ser uma rotina de brigas e desafetos, na medida em que o amor no casamento deveria ser calmo e sem ardores. Dessa relação, é expulso todo erotismo entre o casal, tornando-se assemelhado a uma amizade, a uma relação entre irmãos, diferente de uma relação entre marido e mulher:

Miranda — Não me compreendeste então, Alves. O amor conjugal é calmo e sério; vive pela confiança recíproca, e alimenta-se mais de recordações do que de desejos. Um exemplo: nós já não somos os companheiros inseparáveis de estudos e de prazeres que fomos outrora; apenas nos encontramos de longe em longe, e trocamos rapidamente uma palavra, ou um aperto de mão. Entretanto isto basta: nenhum duvida da amizade do outro. Ambos temos a certeza de que possuímos um amigo dedicado; e essa certeza é um gozo superior a qualquer demonstração frívola e banal. Pois bem: perfuma essa amizade com a graça e a ternura inseparável da mulher, e terás a imagem perfeita de um casamento feliz.

(ALENCAR, 1977, p. 314).

A leitura dessa passagem demonstra que à mulher casada estava interdito o exercício do erotismo. “Um homem sábio devia amar sua mulher com discernimento e não com paixão. E, por conseqüência, controlar seu desejo e não se deixar levar pelo prazer do sexo” (DEL PRIORE, 2006, p. 75). De certa forma, essa frieza física, essa dissociação entre amor e sexo no casamento leva muitos maridos às relações extraconjugais. Multiplicavam-se os prostíbulos nos quais homens iam buscar a satisfação sexual. Aprendiam com as mulheres públicas coisas que nunca poderiam fazer com suas esposas. Aos maridos, a tolerância social; às mulheres, o dever sagrado da fidelidade onde repousa o sucesso do casamento, como afirma Mary Del Priore:

Fazia-se amor com a esposa quando se queria descendência; o restante do tempo, era com a outra. A fidelidade conjugal era sempre tarefa feminina; a falta de fidelidade masculina vista como um mal inevitável que se havia de suportar. É sobre a honra e a fidelidade da esposa que repousa a perenidade do casal.

(DEL PRIORE, 2006, p. 187).

As mulheres, por sua vez, assim como ressalta Isabel, esposa de Augusto Miranda, personagem de *O que é o casamento?*, temiam sentir-se atraídas por uma “afeição estranha”.

Observamos, então, que José de Alencar reproduz a posição social conservadora, quando este associa a felicidade da mulher ao papel de mãe.

Isabel — Amando minha filha. Refugiei-me nessa afeição. Aí encontrei de novo o homem que eu tinha amado: associei-me a essa vida que outrora me parecia tão seca e tão egoísta: acompanhei-o de longe, e vi quanta generosidade e quanta delicadeza encobre a sua reserva. A minha solidão foi-se povoando: o governo da casa, os cuidados domésticos, o desejo de tornar doce e cômoda a existência daquele que se dedicava à felicidade da família, deram-me as emoções mais agradáveis e mais puras que tenho sentido.

(ALENCAR, 1977, p. 336).

Apesar da posição conservadora em face do feminino, José de Alencar inova ao ressaltar em seu texto não só o papel da esposa, mas também o do esposo. Era importante que este também se dedicasse à família, fosse um bom pai. Quando seduzido pelo poder ou pelo dinheiro e descuidava de seu lar, introduzia em sua casa a desconfiança e a falta de tranquilidade. O erro dos dois personagens masculinos, Miranda e Henrique, foi o primeiro deixar-se seduzir pela política e o segundo, pela caça. Cabia ao homem também zelar pela felicidade doméstica, como reconhece Miranda, nas passagens seguintes:

Miranda — Decerto; devemos-nos todos à pátria e à humanidade. Mas, acredita-me, a primeira ocupação e a mais séria do homem é a sua felicidade doméstica. Não há neste mundo mais sagrado sacerdócio do que seja o do pai de família; ele assemelha-se ao Criador, não somente quando reproduz a sua criatura, mas quando desses anjos (entra Rita com IAIÁ) que Deus lhe envia, ele prepara as futuras mães e os futuros cidadãos. É só depois de cumprida esta santa missão, que temos o direito de dar a outros misteres as sobras da nossa alma.

(ALENCAR, 1977, p. 340-341).

Miranda — Sei o que pretendes dizer! Não é dessa fidelidade material do homem, que eu falo. O nosso grande dever é o de proteger e fazer a felicidade da mulher que nos sacrificou tudo, que é a mãe de nossos filhos, e a companheira inseparável da nossa existência. Como procedemos nós depois que passam os primeiros gozos de um amor partilhado? Voltamos às ocupações habituais. No nosso orgulho de homens, entendemos que a inteligência da mulher não pode acompanhar-nos nessa porção mais importante de nossa vida, e só deve ocupar-se dos arranjos domésticos, das modas e dos bailes. Deixamos no isolamento esses entes fracos a quem arrancamos da casa de seus pais, às festas da família, à ternura materna, às afeições dos seus!... Gastos pelos amores fáceis nem um se lembra que a alma, ainda virgem, de sua mulher, tem necessidade de viver!... Esquecemos enfim o tesouro que nos foi confiado, e cujo valor só sentimos nos momentos de sua perda!

(ALENCAR, 1977, p. 354-355)

Miranda, transformado nesse momento em *raisonneur* por Alencar, traz em suas palavras uma lição moral, de cunho burguês, aos maridos: a família era o mais importante. Por isso que não poderia estar baseada numa transação comercial com cara de “golpe do baú” como o dote. Procurado por um amigo, que tinha salvo a vida de Henrique, Miranda tende a negar um empréstimo porque considerava que o dote recebido pela ocasião de seu casamento não era mais sua propriedade, e sim somente da esposa, visto que supostamente esta lhe era infiel. Inclusive, é a necessidade de vender todos os títulos comprados com o dinheiro para restitui-lo à esposa que o faz não abandonar a casa e permanecer por mais de um ano sob o mesmo teto que ela. Também, ele ainda a amava; o que considerava um amor indigno dado a suspeita de traição. Não há como negar determinadas similaridades entre o texto romanesco de Alencar, *Senhora*, e o texto dramático, *O que é o casamento?*. Seria a personagem Bela, a exemplo de Aurélia, que cede o dote, transformando-o em dinheiro livremente doado, uma riqueza comum ao casal. Nessa perspectiva, José de Alencar humaniza a relação matrimonial, como argumenta Flávio Aguiar:

Pois é através desse mecanismo que a convenção do casamento se humaniza, e se torna a legítima depositária dos sentimentos e das paixões humanas. É através disso que o casamento deixa de ser artificialidade imposta para se tornar “união real”. Nessa ótica, o que é o casamento? É a purgação da dívida, e da dúvida.

(AGUIAR, 1984, p. 108).

Por fim entendemos que num cenário em que matrimônio era sinônimo de negócio, o autor traz para a literatura o casamento por amor, criticando aquilo que considerava um mal social: o casamento por dinheiro. Na verdade, para Alencar, era o dinheiro a raiz de todos os males sociais. Entretanto, da plataforma conservadora de que falava, salvo algumas inovações, o autor da peça deixa transparecer os mesmos preconceitos sociais quanto à sexualidade e o papel da mulher na sociedade.

REFERENCIAS

AGUIAR, Flávio. *A comédia nacional no teatro de José de Alencar*. São Paulo: Ática, 1984. (Ensaio 103).

ALENCAR, José Martiniano de. O que é o casamento?. In: ALENCAR, José Martiniano de. *Teatro completo*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional do Teatro, 1977. v. 2. (Clássicos do Teatro Brasileiro).

ALMEIDA, Manuel Antonio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Saraiva, 2006.

DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

LEITE, Miriam Moreira (Org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC; Edusp; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984. (Estudos Históricos, 4).

VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no ocidente cristão*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).